



IMIGRAÇÃO/ Departamento de Estado dos Estados Unidos informa que medida entrará em vigor a partir do dia 21 deste mês e visa reavaliar os procedimentos para impedir a entrada de estrangeiros que se beneficiam de programas sociais

EUA congelam vistos para Brasil e 74 países

» LETÍCIA CORRÊA*

» RAFAELA BOMFIM*

Os Estados Unidos anunciam, ontem, congelamento na emissão de vistos de imigrantes para cidadãos do Brasil e de outros 74 países. A informação foi divulgada pela rede de TV norte-americana Fox News e, mais tarde, confirmada pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado dos EUA, órgão responsável pela emissão dos vistos, nas redes sociais. Os vistos temporários de turistas e estudantes, por exemplo, não serão afetados.

A medida entrará em vigor dia 21 deste mês e não tem data para terminar. De acordo com postagem do Departamento de Estado dos EUA na rede social X, antigo Twitter, a interrupção dos vistos ocorre enquanto o governo reavalia critérios ligados à política migratória e ao acesso a benefícios sociais. "O congelamento permanecerá em vigor até que os EUA possam garantir que os novos imigrantes não irão extrair riqueza do povo americano", escreveu o órgão.

A Casa Branca justificou o congelamento dos vistos como forma de proibir a entrada de candidatos propensos a se tornarem um fardo para o Estado ou extraírem riqueza dos contribuintes americanos", escreveu a Casa Branca, no X, compartilhando a notícia da Fox.

Karoline Leavitt, porta-voz da Casa Branca, também compartilhou a matéria da Fox News nas redes sociais e reforçou que a medida se refere ao visto de imigrantes.

O departamento chefiado pelo secretário norte-americano Marco Rubio ainda destacou que a suspensão atinge dezenas de países, entre eles, Somália, Haiti, Irã e

Eritreia, de acordo com o texto do órgão que afirma que os imigrantes dessas nações "frequentemente se tornam um encargo público para os Estados Unidos ao chegarem ao país".

Listagem

Além do Brasil, vários países latino-americanos foram afetados pela medida: Colômbia e Uruguai, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Colômbia, Cuba, Guatemala, Haiti, Jamaica, Nicarágua, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Uruguai, de acordo com informações da Fox News. A lista oficial não foi divulgada pelos órgãos oficiais até o fechamento desta edição. Alguns dos países citados pela emissora norte-americana são: Afeganistão, Albânia, Argélia, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Bielorrússia, Camarões, Cabo Verde, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Egito, Eritreia, Etiópia, Fiji, Irã, Iraque, Jordânia, Cazaquistão, Kuwait, Líbano, Libéria, Líbia, Marrocos, Nepal, Nigéria, Paquistão, República do Congo, Rússia, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Síria, Tanzânia, Tailândia, Togo, Tunísia, Uganda e Uzbequistão, entre outros.

De acordo com informações do Departamento de Estado norte-americano, existem duas categorias de visto. O de imigrante, que será suspenso temporariamente, classifica-se para quem deseja residir permanentemente nos EUA, como quem se casa com um cidadão norte-americano ou trabalha de forma permanente no país. Já o visto de não imigrante que, a princípio, não se afeta com a medida, é destinado para pessoas que realizam viagens temporárias, como atletas em competições, turistas, visitantes a negócios e estudantes.

O texto do órgão acrescentou que o governo trabalha para garantir "que a generosidade do povo americano não seja mais explorada" e que o "governo Donald Trump sempre colocará os Estados Unidos em primeiro lugar".

O memorando do Departamento de Estado dos EUA, ao qual o veículo jornalístico norte-americano teve acesso e originou a reportagem, orientava os funcionários dos consulados a recusarem vistos de acordo com a legislação em vigência, enquanto a pasta reavalia os

procedimentos de verificação e triagem. O documento também indicava que candidatos idosos ou com sobre peso podem ter mais facilidade em receberem os pedidos de vistos negados, assim como aqueles que já receberam

assistência financeira do governo ou foram institucionalizados.

"O Departamento de Estado usará sua autoridade de longa data para considerar inelegíveis potenciais imigrantes que se tornaram um fardo para os Estados Unidos e exploraram a generosidade do povo americano", disse o porta-voz do Departamento de Estado, Tommy Piggott, em um comunicado para a Fox.

Surpresa

Para a cientista política e especialista em relações internacionais Denilde Holzhacker, diretora acadêmica da Pesquisa e Pós-Stricto Sensu da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), a decisão dos EUA levanta questionamentos imediatos para o governo brasileiro, sobretudo pelo fator surpresa, uma vez que os dois países ainda negociam a continuidade da redução das sobretaxas aos produtos nacionais. Na avaliação dela, "o governo brasileiro foi pegado de surpresa", o que gera preocupação adicional sobre os efeitos da medida nas tratativas comerciais em andamento. Esse cenário, acrescentou, cria incertezas sobre a possibilidade de avanços nas negociações e sobre a efetividade das conversas que buscavam alterar termos ainda em disputa.

Do ponto de vista técnico e diplomático, Holzhacker considerou que a margem de reação do Brasil é limitada, uma vez que cabe ao governo brasileiro colocar algum tipo de reciprocidade. Ela ponderou que, em relação a vistos de trabalho, o impacto prático tende a ser reduzido. Contudo, reconheceu o peso da lógica da política externa norte-americana. "É quase como uma indicação de que há custos em não ser um aliado preferencial dos Estados Unidos."

*Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel

TERRAS INDÍGENAS

Garimpo ilegal cai 98,7% em RR

» CAETANO YAMAMOTO*

O governo brasileiro realizou 9 mil operações na Terra Indígena Yanomami (TIY), entre março de 2024 e janeiro de 2026. Durante esse período, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), órgão responsável pelo monitoramento ambiental e territorial da Amazônia por meio de imagens de satélite e sistemas de inteligência, indicou redução de 98,7% das áreas de garimpo ativo.

As operações foram coordenadas pela Casa de Governo, em Roraima, envolvendo o Ministério dos Povos Indígenas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Polícia Judiciária da Força Nacional (PJFN), o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira.

As ações basearam-se em fiscalização em campo, ações de inteligência, controle do espaço aéreo e



Funai, PF e Ibama realizaram 9 mil operações na Terra Yanomami

fluvial e bloqueio das rotas logísticas utilizadas por invasores. O maior período de pressão, em 2024, o garimpo ilegal ocupou aproximadamente 4.570 hectares do território. No final de 2025, a área identificada como garimpo ativo era de 56,13 hectares. A redução impactou diretamente a estrutura econômica, com prejuízos estimados em mais de R\$ 642 milhões, atingindo desde os pontos de extração até as rotas de abastecimento e escoamento do ouro.

Como resultado das operações,

foram inutilizadas 45 aeronaves, 77 pistas de pouso clandestinas e 762 acampamentos, além da apreensão de combustíveis, motores, embarcações e outros equipamentos utilizados na atividade garimpeira.

Em 2025, o cerco às rotas logísticas foi intensificado, com ações estratégicas em eixos sensíveis do território, como a região do Rio Uraricoera, historicamente utilizada como corredor de acesso por garimpeiros. Nessas áreas, o bloqueio fluvial, a destruição de estruturas ilegais e a presença permanente das forças de segurança reduziram a circulação de invasores.

As apreensões ocorreram desde a abertura da Casa de Governo, como parte do controle da cadeia logística do garimpo ilegal, desde a extração até o transporte e o escoamento do minério. Além disso, foram apreendidos 232 quilos de mercúrio, insufo fundamental para o funcionamento do garimpo ilegal e diretamente associado à contaminação de rios e do solo.

As apreensões ocorreram desde

a abertura da Casa de Governo, como parte do controle da cadeia logística do garimpo ilegal. "Além dos efeitos econômicos e operacionais, a diminuição da presença de garimpeiros teve impactos diretos na segurança das comunidades, de equipes de saúde, agentes ambientais e

profissionais que atuam na região. Com menos invasores circulando, houve redução de conflitos e a retomada gradual de atividades tradicionais, como as roças e a pesca," informou a Casa Civil.

A secretaria-adjunta de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Janini Ginani, ressaltou a integração entre os diferentes órgãos para o sucesso das ações. "Nós temos agora um acúmulo suficiente para que possamos conduzir esse aprendizado como uma política de Estado, uma política pública que atue dentro e fora das terras indígenas, tendo como premissa a prevenção de novas invasões e garantindo que esses avanços apontados aqui permaneçam", disse.

POBREZA

População de rua cresce 11,5% em 2025

O número de pessoas que vivem em situação de rua continua crescendo no país. Em dezembro de 2024, havia 327.925 pessoas vivendo nas ruas do Brasil, e, no final do ano passado, esse número chegava a 365.822 pessoas — aumento de 11,5% de um ano para outro.

Os dados são de levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/Polos-UFGM), divulgado ontem.

O levantamento foi feito com base nos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), que reúne os beneficiários de políticas sociais, como o Bolsa Família, e serve como indicativo das populações em vulnerabilidade para quantificar os repasses do governo federal aos municípios.

De 2020 a 2021, quando teve início a pandemia da covid-19, o número de pessoas em situação de rua havia caído, passando de 194.824 para 158.191 pessoas. Mas, em 2022, essa população voltou a aumentar e vem crescendo de forma contínua desde então.

Para os pesquisadores do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em

Situação de Rua, quatro situações podem explicar esse aumento: o fortalecimento do CadÚnico como principal registro da população em situação de rua e de acesso às políticas públicas sociais do país; a ausência ou insuficiência de políticas públicas estruturantes voltadas para essa população, tais como moradia, trabalho e educação; a precarização das condições de vida principalmente após a pandemia; e as emergências climáticas e deslocamentos forçados na América Latina.

Dados regionais

A maioria desses indivíduos que vivem nas ruas é da Região Sudeste do país, somando 222.311 de pessoas, o que representa 61% do total no país. Em seguida, aparece a Região Nordeste, com uma população de 54.801 pessoas em situação de rua.

Apenas no estado de São Paulo estão concentradas 150.958 pessoas em situação de rua, seguido pelos estados do Rio de Janeiro (33.656) e de Minas Gerais (33.139). O Amapá é o estado com o menor número de pessoas nessa condição, somando 292. (Agência Brasil)